



**RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

**Processo** : TC-003059.989.20

**Entidade** : Prefeitura Municipal de Álvares Machado

**Assunto** : Contas Anuais

**Exercício** : 2020

**Prefeito** : Roger Fernandes Gasques

**CPF nº** : 350.139.648-14

**Período** : 01/01/2020 a 31/12/2020

**Relatoria** : Dr. Sidney Estanislau Beraldo

**Instrução** : UR-05 / DSF-I

**Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,**

Trata-se das contas apresentadas em face do art. 2º, II, da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. Roger Fernandes Gasques (evento 16.2), responsável pelas contas em exame.

Consignamos os dados e índices considerados relevantes para um diagnóstico inicial do município:

DESCRIÇÃO	FONTE (DATA DA CONSULTA)	DADOS	ANO DE REFERÊNCIA
POPULAÇÃO	IBGE (10/05/2021)	24.998	2020
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	Sistema Audesp (10/05/2021)	R\$ 75.739.203,50	2020
RCL	Sistema Audesp (10/05/2021)	R\$ 75.260.195,39	2020

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M):

EXERCÍCIOS	2018	2019	2020
IEG-M	C+	C+	C+
i-Planejamento	C	C	C+
i-Fiscal	C+	B	B
i-Educ	B	C+	C+
i-Saúde	B	B	B
i-Amb	C+	C	C
i-Cidade	C	C	C
i-Gov-TI	B	C	C

Obs.: Índices do exercício em exame após verificação/validação da Fiscalização.

A Prefeitura analisada obteve, nos três últimos exercícios apreciados tempestivamente, os seguintes **Pareceres** na apreciação de suas contas:

Exercícios	Processos	Pareceres
2018	TC-004370.989.18	Favorável com recomendações
2017	TC-006613.989.16	Desfavorável com recomendações
2016	TC-004135.989.16	Desfavorável com recomendações

A partir de tais premissas, a Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
3. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;

4. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;

5. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas do e. Tribunal de Contas do Estado;

6. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

Os resultados das fiscalizações **efetuadas de forma remota** apresentam-se nos relatórios quadrimestrais e no presente (fechamento do exercício), antecidos pelo citado planejamento que indicou a necessária extensão dos exames.

Destaque-se que os relatórios quadrimestrais estão juntados nos eventos nº 16.5 e 43.4 destes autos. Estes foram submetidos a Excelentíssima Relatoria, sendo dada ciência à Chefia do Poder Executivo, responsável pelas contas em exame, para conhecimento das ocorrências, sem a necessidade de apresentação de justificativas. Tal procedimento visou contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.

Ademais, foi antecedida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Foi autuado o processo TC-014416.989.20, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia. Tal acompanhamento foi realizado com base em informações prestadas pela Origem, por meio de questionários mensais, e ações próprias da Fiscalização, considerando os princípios da amostragem, relevância e materialidade, cujas ocorrências são tratadas em itens próprios do presente relatório.

No caso, o presente município decretou estado de calamidade pública/emergência, devidamente reconhecido pela Assembleia Legislativa Estadual.



## PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

### A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO

#### A.1.1. CONTROLE INTERNO

O Controle Interno exerceu de maneira efetiva suas atribuições no exercício em exame, com elaboração de relatórios mensais.

Demais disso, o Controle Interno atuou no controle dos atos e despesas relacionadas à pandemia COVID-19.

### A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO – Índice C+

Através das informações prestadas para composição do IEGM, observa-se que:

- As audiências públicas são realizadas em dia de semana em horário comercial (8 às 18 horas), o que dificulta a participação da classe trabalhadora no debate.
- Para a elaboração do diagnóstico municipal não é levado em conta nenhum plano do governo federal ou estadual.
- A Prefeitura Municipal realizou levantamentos formais dos problemas, necessidades e deficiências antecedentes ao planejamento. No entanto, os diagnósticos não serviram para as soluções e não estão materializados nas peças orçamentárias, o que pode sinalizar problemas de eficácia no levantamento realizado.
- A Prefeitura Municipal não ampliou a participação popular na elaboração das peças orçamentárias, visto que não disponibiliza aos cidadãos o serviço de coleta de sugestões pela internet.
- A LOA prevê abertura de créditos adicionais por decreto em percentual acima da inflação (até 20% da despesa fixada).

- A Prefeitura Municipal informou que NÃO analisa os seguintes aspectos no processo de acompanhamento e avaliação do planejamento:
  - Percepção de coerência, em todos os programas, do necessário encadeamento lógico-causal entre os insumos que mobiliza, os produtos/ações que gera, os resultados que provoca e os impactos esperados pela sociedade.
  - Avaliação entre os produtos ofertados à população e as reais demandas da sociedade, coletadas, principalmente, nas audiências públicas realizadas e nos demais instrumentos de diagnóstico dos problemas, necessidades e deficiências do município.
- Não houve elaboração da "Carta de Serviço ao Usuário" pela Prefeitura Municipal, o que pode comprometer a transparência e o acesso simplificado do atendimento público à comunidade, infringindo o artigo 7º da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017.
- Não houve regulamentação nem instituição do Conselho de Usuários, em desacordo com o artigo 18 da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

## **PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL**

### **B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL**

Face ao contido no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

#### **B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Com base nos dados gerados pelo Sistema Audesp, conforme abaixo apurado, o resultado da execução orçamentária da Prefeitura evidenciou superavit.



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 75.739.203,50	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 71.293.714,53	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 2.302.050,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ 425.111,13	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
<b>RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>R\$ 2.568.550,10</b>	<b>3,39%</b>

Constatamos que o município, considerando todos os órgãos componentes do Orçamento Anual, procedeu à abertura de créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições no valor total de R\$ 16.407.942,18, o que corresponde a 24,23% da Despesa Fixada (R\$ 67.725.000,00). Demonstrativo juntado no arquivo 17.

O resultado da execução orçamentária e dos investimentos, com base na despesa liquidada e nos Restos a Pagar Não Processados liquidados em cada exercício, apresentaram os seguintes percentuais:

Exercício	Resultado da execução orçamentária	Percentual do resultado da execução orçamentária	Percentual de investimento
2020	Superavit de	3,39%	8,33%
2019	Superavit de	3,24%	1,95%
2018	Superavit de	0,10%	2,09%
2017	Deficit de	9,44%	2,62%

#### **B.1.1.2. GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FISCAL**

##### **B.1.1.2.1. DOS PROGRAMAS/AÇÕES GOVERNAMENTAIS**

Segundo informações prestadas pela Origem, não houve a criação, aperfeiçoamento e/ou ampliação de programas/ações governamentais, destinados ao enfrentamento da Covid-19.



#### **B.1.1.2.2. DAS RECEITAS**

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

#### **B.1.1.2.3. DAS DESPESAS**

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

#### **B.1.1.2.4. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FISCAIS**

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

#### **B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL**

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ 8.525.074,00	R\$ 3.699.162,73	130,46%
Econômico	R\$ 10.450.759,82	R\$ (2.010.002,65)	-619,94%
Patrimonial	R\$ 37.471.779,96	R\$ 27.107.476,65	38,23%

#### **B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO**

Conforme demonstrado no item anterior, a Prefeitura apresentou, no encerramento do exercício examinado, um superavit financeiro, evidenciando, com isso, a existência de recursos disponíveis para o total pagamento de suas dívidas de curto prazo, registradas no Passivo Financeiro.





#### B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO

	Exercício em exame	Exercício anterior	AH%
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual			
Precatórios	18.248.411,74	14.240.390,57	28,15%
Parcelamento de Dívidas:	-	-	
De Tributos			
De Contribuições Sociais	-	-	
Previdenciárias			
Demais contribuições sociais			
Do FGTS			
Outras Dívidas			
Dívida Consolidada	18.248.411,74	14.240.390,57	28,15%
Ajustes da Fiscalização			
Dívida Consolidada Ajustada	18.248.411,74	14.240.390,57	28,15%

O aumento da dívida decorre de mapa de precatórios apresentado no exercício, conforme relatado no item seguinte deste relatório.

#### B.1.5. PRECATÓRIOS

De acordo com informações prestadas pela Origem e carreadas junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o município está enquadrado no Regime Especial.

REGISTRO CONTÁBIL DA DÍVIDA DE PRECATÓRIOS	
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior	R\$ 14.240.390,57
Valor da atualização monetária ou inclusões efetuadas no exercício em exame	R\$ 4.008.021,17
Valor cancelado	
Valor pago	R\$ 2.251.154,96
Ajustes da Fiscalização	
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame	R\$ 15.997.256,78

Cabe informar que no Balanço Patrimonial de 2020 consta o saldo de precatórios no valor de R\$ 18.248.411,74 (Arquivo 04).

A Prefeitura Municipal de Álvares Machado efetuou depósitos suficientes no exercício de 2020, conforme consta na Decisão do DEPRE juntada no Arquivo 07.



gVerificações		
01	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida de precatórios?	Sim
02	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, os saldos financeiros existentes nas contas bancárias junto ao(s) Tribunal(is)?	Sim
03	O TJSP atesta a suficiência dos depósitos de competência do exercício fiscalizado?	Sim
04	Em caso de acordos diretos com os credores, houve regular pagamento no exercício em exame?	Prejudicado

REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA	
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior	R\$ -
Valor da atualização monetária ou inclusão efetuadas no exercício em exame	R\$ 439.758,53
Valor cancelado	
Valor pago	R\$ 439.758,53
Ajustes efetuados pela Fiscalização	
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame	R\$ -

Verificações		
01	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida advinda de requerimentos de baixa monta?	Sim
02	Há registros eficientes no órgão para controle dos requerimentos de baixa monta?	Sim
03	Houve pagamento de todos os requerimentos de baixa monta vencidos no exercício?	Sim

## APURAÇÕES REFERENTES À EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 99, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Considerando o valor dos depósitos referentes ao exercício em exame, o quadro a seguir procura demonstrar se nesse ritmo as dívidas com precatórios estariam liquidadas até o exercício de 2024, conforme Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017.

EC Nº 99/2017 : QUITAÇÃO DOS PRECATÓRIOS ATÉ	2024	
Saldo de precatórios até 31.12 de 2020		R\$ 18.248.411,74
Número de anos restantes até 2024		4
Valor anual necessário para quitação até 4		R\$ 4.562.102,94
Montante depositado referente ao exercício de 2020		R\$ 2.251.154,96
Nesse ritmo, valor insuficiente para quitação até 2024 de		2.310.947,98

Ainda, face à redação dada pela citada Emenda Constitucional ao art. 101 da Constituição Federal, o quadro seguinte demonstra se os depósitos referentes ao exercício em exame atenderam ao percentual praticado em dezembro de 2017:

APURAÇÃO DO PAGAMENTO DO PISO				
EXERCÍCIO EM EXAME	2020	ALÍQUOTA (ref. dez/2017)		1,230%
RCL-mês de ref.	nov/2019	dez/2019	jan/2020	fev/2020
RCL - valor	R\$ 66.137.024,55	R\$ 67.105.437,97	R\$ 67.193.773,69	R\$ 67.365.739,76
MÊS DE COMPETÊNCIA	jan/2020	fev/2020	mar/2020	abr/2020
ALÍQUOTA (ref. dez/2017)	1,230%	1,230%	1,230%	1,230%
VALOR CALCULADO PERCENTUALMENTE	R\$ 813.485,40	R\$ 825.396,89	R\$ 826.483,42	R\$ 828.598,60
VALOR A SER DEPOSITADO (1/12 do VALOR CALCULADO)	R\$ 67.790,45	R\$ 68.783,07	R\$ 68.873,62	R\$ 69.049,88
RCL-mês de ref.	mar/2020	abr/2020	mai/2020	jun/2020
RCL - valor	R\$ 67.643.597,00	R\$ 67.317.198,05	R\$ 68.520.623,68	R\$ 68.741.369,36
MÊS DE COMPETÊNCIA	mai/2020	jun/2020	jul/2020	ago/2020
ALÍQUOTA (ref. dez/2017)	1,230%	1,230%	1,230%	1,230%
VALOR CALCULADO PERCENTUALMENTE	R\$ 832.016,24	R\$ 828.001,54	R\$ 842.803,67	R\$ 845.518,84
VALOR A SER DEPOSITADO (1/12 do VALOR CALCULADO)	R\$ 69.334,69	R\$ 69.000,13	R\$ 70.233,64	R\$ 70.459,90
RCL-mês de ref.	jul/2020	ago/2020	set/2020	out/2020
RCL - valor	R\$ 69.142.397,85	R\$ 72.855.724,40	R\$ 74.670.069,45	R\$ 75.102.718,02
MÊS DE COMPETÊNCIA	set/2020	out/2020	nov/2020	dez/2020
ALÍQUOTA (ref. dez/2017)	1,230%	1,230%	1,230%	1,230%
VALOR CALCULADO PERCENTUALMENTE	R\$ 850.451,49	R\$ 896.125,41	R\$ 918.441,85	R\$ 923.763,43
VALOR A SER DEPOSITADO (1/12 do VALOR CALCULADO)	R\$ 70.870,96	R\$ 74.677,12	R\$ 76.536,82	R\$ 76.980,29
VALOR MÍNIMO A SER DEPOSITADO REFERENTE AO EXERCÍCIO EM EXAME				R\$ 852.590,57
MONTANTE DEPOSITADO REFERENTE AO EXERCÍCIO EM EXAME				R\$ 2.251.154,96
ATENDIMENTO AO PISO				ATENDIDO

Considerando a perspectiva de que o órgão não quitará o estoque de precatórios até 2024, requisitamos informações acerca de eventual novo plano de pagamento proposto e homologado junto ao e. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tendo sido esclarecido que estão providenciando.



### B.1.6. ENCARGOS

Os recolhimentos apresentaram a seguinte posição:

Verificações		Guias apresentadas
1	INSS:	Sim
2	FGTS:	Sim
3	RPPS:	Prejudicado
4	PASEP:	Sim

#### B.1.6.1. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

A Prefeitura não possui parcelamento ou reparcèlement de débitos previdenciários junto ao INSS e ao RPPS.

#### B.1.6.2. DEMAIS PARCELAMENTOS (FGTS/PASEP)

A Prefeitura não possui parcelamentos de (FGTS/Pasep).

### B.1.7. TRANSFERÊNCIA À CÂMARA DOS VEREADORES

Os repasses à Câmara obedeceram ao limite do art. 29-A da Constituição Federal.

### B.1.8. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive por Antecipação de Receita Orçamentária – ARO.



### B.1.8.1. DESPESA DE PESSOAL

Período	Dez 2019	Abr 2020	Ago 2020	Dez 2020
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
<b>Gasto Informado</b>	R\$ 33.358.034,13	R\$ 33.652.640,46	R\$ 34.012.635,18	R\$ 33.436.445,44
Inclusões da Fiscalização	R\$ 2.032.733,83	R\$ 2.181.408,08	R\$ 2.188.394,40	R\$ 2.724.669,91
Exclusões da Fiscalização				
<b>Gastos Ajustados</b>	R\$ 35.390.767,96	R\$ 35.834.048,54	R\$ 36.201.029,58	R\$ 36.161.115,35
<b>Receita Corrente Líquida</b>	R\$ 67.105.437,97	R\$ 67.317.198,05	R\$ 72.285.724,40	R\$ 74.690.195,39
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
<b>RCL Ajustada</b>	R\$ 67.105.437,97	R\$ 67.317.198,05	R\$ 72.285.724,40	R\$ 74.690.195,39
% Gasto Informado	49,71%	49,99%	47,05%	44,77%
% Gasto Ajustado	52,74%	53,23%	50,08%	48,41%

Constatamos que no exercício de 2020 o município realizou gastos com profissionais contratados através do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP, para o desempenho de atividades típicas e rotineiras da administração.

Porém, o Órgão vem empenhando estes gastos nos elementos 33903099 e 33933999 e, desta forma, não estão sendo contabilizados como despesas de pessoal.

Desta forma, por se tratar de despesas que caracterizam substituição de mão de obra, com base no disposto no artigo 18, §1º, da LRF, incluímos nas despesas de pessoal os valores constantes do quadro retro, que estão detalhados na planilha juntada no arquivo 16.

Diante dos elementos apurados, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por fim, de acordo com o exposto, propomos recomendação para que a Prefeitura passe a contabilizar esses gastos como despesas de pessoal.



### B.1.9. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Eis o quadro de pessoal existente no final do exercício:

Natureza do cargo/emprego	Quant. Total de Vagas		Vagas Providas		Vagas Não Providas	
	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame
Efetivos	813	813	603	595	210	218
Em comissão	34	34	32	2	2	32
Total	847	847	635	597	212	250
Temporários	Ex. anterior		Ex. em exame		Em 31.12 do	Ex. em exame
Nº de contratados	82		57		36	

Quadro de pessoal consta no Arquivo 09.

No exercício examinado foram nomeados 04 servidores para cargos em comissão (Arquivo 10).

#### B.1.9.1. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

A Fiscalização analisou por amostragem as contratações de pessoal por tempo determinado efetuadas no exercício quanto aos aspectos legais, formais e princípios gerais da administração pública, não detectando ocorrências dignas de nota.

#### B.1.9.2. CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO INCOMPATÍVEIS COM O DISPOSTO NO INCISO V DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

As atribuições dos cargos comissionados foram estabelecidas pelos Decretos 1998/05 e 2069/06, e Lei 2612/09 (Arquivos 11 a 13). No entanto constatamos que as atribuições descritas para os cargos não possuem características de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V, da CF), conforme exemplos a seguir:

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO (pg. 02 do Arquivo 11):



- Divulgar junto aos meios de comunicação campanhas de interesse público;
- Assessorar o Gabinete e Divisões no contato com a imprensa em geral;
- Divulgar os eventos e as cerimônias oficiais do município;
- Desempenhar tarefas correlatas determinadas por seus superiores.

**COORDENADOR DE COMPRAS (pg. 06 do Arquivo 11):**

- Responsável pelo setor de Compras.

**COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO (pg. 08 do Arquivo 11):**

- Desempenhar todas as funções inerentes ao desenvolvimento urbano que estejam no âmbito da Divisão;
- Executar tarefas correlatas determinadas por seus superiores.

**COORDENADOR DE CADASTRO TÉCNICO (pg. 08 do Arquivo 11):**

- Desempenhar todas as funções inerentes ao cadastro técnico que estejam no âmbito da Divisão;
- Executar tarefas correlatas determinadas por seus superiores.

**COORDENADOR DE EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO EM SAÚDE BUCAL (pg. 11 do Arquivo 11):**

- Desenvolver campanhas educativas em escolas e creches da rede municipal;
- Desenvolver palestras com gestantes, hipertensos e diabéticos;
- Promover e supervisionar a aplicação tópica de flúor e de selante; e,
- Executar tarefas correlatas determinadas por seus superiores.

**COORDENADOR DE ENGENHARIA E PROJETOS (pg. 13 do Arquivo 11):**

- Elaborar os projetos de engenharia solicitados por seus superiores;
- Fiscalizar as obras e serviços de engenharia desenvolvidos no município;



- Dar parecer e laudos de engenharia solicitados;
- Controlar os custos das obras executadas pelo município; e,
- Executar tarefas correlatas determinadas por seus superiores.

COORDENADOR DE CPD DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO  
(pg. 01 do Arquivo 12):

- Coordenar a utilização adequada e a manutenção dos equipamentos de informática do setor;
- Dar suporte técnico aos servidores designados para a utilização dos equipamentos;
- Fiscalizar o cumprimento da legislação pertinente a sua área de atuação;
- Desenvolver tarefas que visem o aperfeiçoamento na utilização dos sistemas e equipamentos do setor; e,
- Executar tarefas correlatas determinadas por seus superiores.

#### B.1.10. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

CARGOS	VICE-PREFEITO	PREFEITO
Valor subsídio inicial fixado pela Lei Municipal nº 2510/07	R\$ 2.840,00	R\$ 11.880,00
Não houve alteração durante os exercícios de 2008 a 2012.		
(+) 5,84 % = RGA 2013 em 01/01/13	R\$ 3.005,86	R\$ 12.573,79
(+) 5,91 % = RGA 2014 em 01/01/14	R\$ 3.183,51	R\$ 13.316,90
(+) 6,41 % = RGA 2015 em 01/01/15	R\$ 3.387,57	R\$ 14.170,51
(+) 10,67 % = RGA 2016 em 01/01/16	R\$ 3.749,02	R\$ 15.682,50
(+) 6,29 % = RGA 2017 em 21/02/17	R\$ 3.984,83	R\$ 16.668,93
(+) 2,95 % = RGA 2018 em 01/05/2018 – Lei Municipal nº 2.987/18, de 03 de março de 2018	R\$ 4.102,38	R\$ 17.160,66
(+) Não houve RGA em 2019	R\$ 4.102,38	R\$ 17.160,66
(+) Não houve RGA em 2020	R\$ 4.102,38	R\$ 17.160,66

Verificações		
01	A fixação decorre de lei de iniciativa da Câmara dos Vereadores, em consonância com o art. 29, V, da Constituição Federal?	Sim
02	A revisão remuneratória se compatibiliza com a inflação dos 12 meses anteriores?	Prejudicado
03	A RGA se deu no mesmo índice e na mesma data dos servidores do	Prejudicado



	Executivo?	
04	Foram apresentadas as declarações de bens nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992?	Sim
05	As situações de acúmulos de cargos/funções dos agentes políticos, sob amostragem, estavam regulares?	Prejudicado

## B.1.11. RESTRIÇÕES DE ÚLTIMO ANO DE MANDATO

### B.1.11.1. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

#### B.1.11.1.1. DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES – COBERTURA MONETÁRIA PARA DESPESAS EMPENHADAS E LIQUIDADAS

O quadro a seguir, consoante apurado pelo Sistema Audesp, demonstra a apuração do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Evolução da liquidez entre 30.04 e 31.12 do exercício de:		2020
<b>Disponibilidade Financeira em 30.04</b>		<b>R\$ 8.934.560,17</b>
(-) Saldo de Restos a Pagar em 30.04		R\$ 17.625,23
(-) Empenhos Liquidados a Pagar em 30.04		R\$ 3.279.192,42
(-) Valores Restituíveis		R\$ 400.617,06
<b>Liquidez em 30.04</b>		<b>R\$ 5.237.125,46</b>
<b>Disponibilidade Financeira em 31.12</b>		<b>R\$ 6.480.243,32</b>
(-) Saldo de Restos a Pagar em 31.12		R\$ 620.032,44
(-) Cancelamentos de Empenhos Liquidados		
(-) Cancelamentos de Restos a Pagar Processados		
(-) Despesas do exercício em exame empenhadas no próximo		
(-) Valores Restituíveis		R\$ 27.160,54
<b>Liquidez em 31.12</b>		<b>R\$ 5.833.050,34</b>

Apuração a partir de informações fornecidas pela Origem ao Sistema Audesp.

#### B.1.11.1.2. OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO

No exercício em análise o município não realizou operação de crédito por Antecipação da Receita Orçamentária - ARO.



### B.1.11.1.3. DESPESA DE PESSOAL NOS ÚLTIMOS 180 (CENTO E OITENTA) DIAS DO MANDATO

Mês	Despesas de Pessoal	Receita Corrente Líquida	%	Parâmetro
06	36.251.543,03	R\$ 68.271.369,36	53,0992%	53,0992%
07	36.347.225,13	R\$ 68.572.397,85	53,0056%	
08	36.201.029,58	R\$ 72.285.724,40	50,0805%	
09	36.407.205,29	R\$ 74.100.069,45	49,1325%	
10	36.289.001,27	R\$ 74.532.718,02	48,6887%	
11	36.274.176,78	R\$ 75.379.620,72	48,1220%	
12	36.161.115,35	R\$ 74.690.195,39	48,4148%	
Diminuição das despesas nos últimos 180 dias do mandato em:				4,68%

Valores com as inclusões da fiscalização, conforme demonstrado no item B.1.8.1 deste relatório.

Conforme apurado no quadro anterior (última linha) não houve aumento da taxa da despesa de pessoal, restando por isso atendido o art. 21, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### B.1.11.2. LEI ELEITORAL (LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997)

#### B.1.11.2.1. ALTERAÇÕES SALARIAIS

A partir de 19 de maio, as alterações remuneratórias se limitaram à inflação do período cumprindo-se o art. 73, VIII da Lei Eleitoral.

#### B.1.11.2.2. DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA OFICIAL

A partir de 15 de Agosto, o Município não empenhou gastos de publicidade vedados pelo art. 73, VI, “b” da Lei Eleitoral.

Ainda, até 15 de Agosto de 2020 os gastos liquidados de

publicidade institucional **não** superaram a média dos dois primeiros quadrimestres dos três últimos exercícios financeiros (2017 a 2019), observando o inciso VII, do § 3º, do art. 1º, a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, conforme demonstrado:

Publicidade em ano eleitoral				
Períodos:	1º e 2º quadr./2017	1º e 2º quadr./2018	1º e 2º quadr./2019	até 15/08/2020
Despesas:	R\$ 66.505,54	R\$ 4.925,00	R\$ 3.550,00	R\$ 3.121,14
Média apurada dos períodos dos exercícios anteriores				R\$ 24.993,51

#### B.1.11.2.3. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS

No exercício em análise, a Prefeitura não criou novos programas de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios fiscais.

#### B.2. IEG-M – I-FISCAL – Índice B

Sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

#### B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

##### B.3.1. GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

### B.3.2. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O Município **não** instituiu a CIP – Contribuição para Custeio da Iluminação Pública, conforme declaração juntada no Arquivo 14.

## PERSPECTIVA C: ENSINO

### C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

Quanto à aplicação de recursos ao final do exercício em exame, conforme informado ao Sistema AudeSP e apurado pela Fiscalização, os resultados assim se apresentaram:

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	26,87%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	26,59%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	26,57%

FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	99,14%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	99,14%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	99,14%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	66,30%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	66,30%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	66,30%

Conforme acima exposto, a despesa educacional empenhada, liquidada e paga cumpriu o art. 212 da Constituição Federal.

No exercício em exame foi observado o percentual mínimo de 95% de aplicação dos recursos do Fundeb recebido, sendo que, por meio de conta bancária vinculada, constatamos a utilização da parcela diferida no 1º trimestre do exercício corrente, atendendo-se ao § 2º do art. 21 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Demais disso, verificamos que houve aplicação superior ao mínimo de 60% do Fundeb na remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica, dando cumprimento ao art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A Fiscalização não identificou valores despendidos com inativos do magistério incluídos nos mínimos constitucionais do Ensino.

Com base nos dados informados ao IEG-M, não constatamos demanda não atendida nos níveis de ensino ofertados pelo município.

Conforme informado pela Origem, não houve implementação do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar, nos termos da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Declaração juntada no arquivo 19.

### **C.1.1 GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 - EDUCAÇÃO**

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

### **C.2. IEG-M – I-EDUC – Índice C+**

Através das informações prestadas para composição do IEGM, observa-se que:

- A Prefeitura Municipal possui mais de 10% do quadro de professores de creche como temporários, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em seu Parecer nº 9, de 02 de abril de 2009, e pela estratégia 18.1 da Meta 18 do Plano Nacional de Educação (PNE - Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014).
- A Prefeitura Municipal possui mais de 10% do quadro de professores de Pré-Escola como temporários, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em seu Parecer nº 9, de 02 de abril de 2009, e pela estratégia 18.1 da Meta 18 do Plano Nacional de Educação (PNE - Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014).
- A Prefeitura Municipal possui turmas de Pré-Escola com mais de 22 alunos, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em seu Parecer nº 8, de 05 de maio de 2010, que estipula em seu artigo 4.2.2., que a relação adequada de alunos por turma para que permita uma aprendizagem de qualidade é: Pré-Escola = 22 crianças por turma.

- Nem todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em seu Parecer nº 8, de 05 de maio de 2010.
- A Prefeitura Municipal possui mais de 10% do quadro de professores dos Anos Iniciais como temporários, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em seu Parecer nº 9, de 02 de abril de 2009, e pela estratégia 18.1 da Meta 18 do Plano Nacional de Educação (PNE - Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014).
- Nem todos os estabelecimentos que oferecem os Anos Iniciais do Ensino Fundamental possuem Projeto Político Pedagógico atualizado.
- A Prefeitura Municipal possui turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com mais de 24 alunos por turma, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em seu Parecer nº 8, de 05 de maio de 2010.
- Menos de 50% dos estabelecimentos para os Anos Iniciais possuem turmas em tempo integral.
- Menos de 25% dos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) concluíram o ano letivo em período integral durante o exercício de 2020.
- Nem todos os estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB vigente no ano de 2020.
- Havia unidades de ensino que necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc.) em dezembro de 2020.
- Nem todas as escolas da rede municipal possuem biblioteca ou sala de leitura, assunto abordado na Lei Federal nº 12.244, de 24 de maio de 2010.
- Nem todas as escolas municipais compartilham espaços com a comunidade.
- A Prefeitura Municipal não possui o número de nutricionistas recomendado no Art. 10 da Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas - CFN nº 465, de 23 de agosto de 2010. Número de alunos de 2501 a 5000.
- A Prefeitura Municipal não divulga o cardápio pré-estabelecido pela nutricionista em todas as escolas, contrariando recomendação do §8º do artigo 14 da Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.

## PERSPECTIVA D: SAÚDE

### D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados, cumprindo a referida determinação constitucional/legal:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	23,26%
DESPESA LIQUIDADADA (mínimo 15%)	23,17%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	23,16%

Tendo em vista que foi liquidado e pago montante acima de 15% da receita de impostos, atendendo ao piso constitucional, deixamos de efetuar o acompanhamento previsto no art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

#### D.1.1. GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 - SAÚDE

##### D.1.1.1. INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

Para evidenciar a situação da pandemia no município, consoante informado pelo Poder Executivo municipal, segue a estatística acumulada até o mês de dezembro do exercício em análise:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Número de exames coletados para a Covid-19	2179
Número de casos em análise da Covid-19	151
Número de casos descartados da Covid-19	1456
Número de casos confirmados da Covid-19	477
Número de casos recuperados da Covid-19	435



Número de óbitos confirmados de Covid-19	13
Número de óbitos suspeitos de Covid-19	0
Número de óbitos descartados de Covid-19	3
Número de leitos na enfermaria existentes	2
Número de leitos na enfermaria ocupados	2
Número de leitos na UTI existentes	0
Número de leitos na UTI ocupados	0

#### D.1.1.2. MEDIDAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO

No contexto da pandemia, constatou-se o seguinte:

DESCRIÇÃO	SIM / NÃO / PREJUDICADO
Providenciou a formação de equipe multidisciplinar ou comitê de crise para avaliações, deliberações e acompanhamento do planejamento e das ações de enfrentamento à Covid-19?	Sim
Houve participação do Conselho Municipal de Saúde na citada equipe multidisciplinar ou comitê de crise?	Sim
A Administração realizou divulgação à população das medidas sanitárias sobre o enfrentamento à Covid-19?	Sim
Foi elaborado plano municipal de enfrentamento à Covid-19?	Sim
Foram criados instrumentos (planilhas e/ou aplicativos) para o acompanhamento da involução ou evolução das demandas relacionadas às ações de enfrentamento à Covid-19?	Sim

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

#### D.1.1.3. HOSPITAIS DE CAMPANHA

O município não implantou hospital de campanha no exercício em exame.

#### D.1.1.4. EQUIPAMENTOS RECEBIDOS

A Origem informou, e a Fiscalização constatou que o município recebeu equipamentos médico-cirúrgicos para enfrentamento à pandemia da



Covid-19, cuja análise, sob amostragem, não apresentou ocorrências dignas de nota.

#### **D.1.1.5. AQUISIÇÕES, CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS E OBRAS**

A Origem informou, e a Fiscalização constatou o seguinte:

Descrição	Sim / Não / Prejudicado
A Prefeitura realizou dispensas de licitação fundamentadas no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/1993, para enfrentamento da Covid-19?	Sim
A Prefeitura realizou dispensas de licitação com fundamento na Lei nº 13.979/2020, para enfrentamento da Covid-19?	Sim
A Prefeitura realizou contratação a partir da adesão a registro de preços promovido por outro ente federativo (carona), para enfrentamento da Covid-19?	Não

Das contratações realizadas, sob amostragem, constatamos o descrito nos itens seguintes.

##### **D.1.1.5.1. DAS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS**

Informamos que o município adquiriu equipamentos médico-cirúrgicos para enfrentamento à pandemia da Covid-19.

Quanto às aquisições, em geral, sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota.

##### **D.1.1.5.2. DAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS**

Quanto às contratações de serviços, sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota.

##### **D.1.1.5.3. DAS OBRAS E/OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONTRATADOS**

Informamos que o município não contratou obras e/ou serviços de engenharia para enfrentamento à pandemia da Covid-19.

## **D.1.2. REPASSES A ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR**

### **D.1.2.1. DOS REPASSES EFETUADOS**

Quanto aos repasses efetuados, sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota.

## **D.2. IEG-M – I-SAÚDE – Índice B**

Através das informações prestadas para composição do IEGM, observa-se que:

- A Prefeitura Municipal informou que não apresentou os Relatórios dos 1º e 3º Quadrimestres de 2020 em audiência pública na Câmara Municipal dentro de prazo, contrariando artigo 36, §5º, da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012.
- Nem todas as unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) ou CLCB (Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros), conforme Decreto Estadual nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018 e Lei nº 6.437, de 1977.
- Nem todas as unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, conforme Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.
- Havia unidades de saúde que necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados etc.) em dezembro de 2020.
- Não houve utilização do Sistema OuvidorSUS ou sistema equivalente, contrariando o disposto no artigo 116 da Portaria de Consolidação nº 1 do Ministério da Saúde, de 28 de setembro de 2017.

## PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

### E.1. IEG-M – I-AMB – Índice C

Através das informações prestadas para composição do IEGM, observa-se que:

- Não existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem, fato que dificulta o alcance dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos elencados no artigo 2º da Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.
- A Prefeitura Municipal informou que não há ações e medidas de contingenciamento específicos para provisão de água potável nos seguintes setores:
  - Rede Municipal de Educação
  - Rede Municipal da Atenção Básica da Saúde.
- A Prefeitura Municipal não realizou a caracterização qualitativa e quantitativa dos resíduos sólidos urbanos gerados no município, identificando ainda sua origem, contrariando o estabelecido pelo artigo 19, inciso I, da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010..
- O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) não apresenta cronograma com as metas a serem cumpridas, contrariando o artigo 19, inciso XIV, da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.
- Nem todas as regiões do Município são atendidas pela coleta seletiva, contrariando os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (artigo 7º, incisos II e X, da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010).
- A Área de Transbordo e Triagem (ATT) informada pelo Município está em funcionamento sem licença de operação da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, contrariando o Decreto Estadual nº 47.400, de 4 de dezembro de 2002.

## PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

### F.1. IEG-M – I-CIDADE – Índice C

Através das informações prestadas para composição do IEGM, observa-se que:

- A Prefeitura Municipal não promove a capacitação/treinamento de associações para atuação conjunta com os agentes municipais de Proteção e Defesa Civil, contrariando o disposto no artigo 8º, inciso XV, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.
- Não são realizadas ações para estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias. É responsabilidade municipal estimular a participação de toda a comunidade nas ações de defesa civil, conforme disposto no artigo 8º, inciso XV, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.
- A Prefeitura Municipal não possui Plano de Contingência Municipal – PLANCON de Defesa Civil. Este assunto é abordado no artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e na Lei Federal nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010.
- Nem todo calçamento público possui acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade, contrariando o artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012 e os artigos 46 e 53 da Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015.
- Nem todo calçamento público possui acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade, contrariando o artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012 e os artigos 46 e 53 da Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015.
- Nem todas as vias públicas pavimentadas estão devidamente sinalizadas (vertical e horizontalmente) de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação, contrariando o disposto no artigo 88 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).
- Nem todas as vias públicas no Município tem manutenção adequada, contrariando as normas do Manual de Pavimentação e Manual de

Restauração Pavimentos Asfálticos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

## PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### G.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

#### G.1.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL

Na verificação do site [www.alvaresmachado.sp.gov.br](http://www.alvaresmachado.sp.gov.br), por amostragem, observamos que as principais exigências legais foram disponibilizadas, não havendo ocorrências dignas de nota.

##### G.1.1.1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA ESPECÍFICA RELACIONADA À PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19

A Fiscalização empreendeu acompanhamento diário das divulgações relacionadas às receitas e despesas concernentes ao enfrentamento à pandemia causada pela Covid-19.

Ao final do exercício, foi constatado o seguinte:

DESCRIÇÃO	SIM / NÃO / PREJUDICADO
Existe no portal de transparência ou no sítio da Prefeitura <i>link</i> ou atalho para o acompanhamento de despesas exclusivas para enfrentamento à pandemia de Covid-19?	Sim
Os dados com as RECEITAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informados separadamente das demais receitas do município?	Sim
As RECEITAS destinadas ao enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram contabilizadas com o código de aplicação 312, conforme Comunicado Audesp nº 28/2020?	Sim
Os dados com as DESPESAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram	Sim

informados separadamente das demais despesas municipais?	
As DESPESAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informadas em tempo real, conforme legislação pertinente?	Sim
As DESPESAS destinadas ao enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram contabilizadas com o código de aplicação 312, conforme Comunicado Audesp nº 28/2020?	Sim
As DESPESAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram detalhadas com os elementos, conforme Comunicado SDG nº 18/2020?	Sim

## G.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Nos trabalhos da fiscalização foram encontradas falhas nos dados prestados pela Origem ao Sistema Audesp:

A partir de análise das informações fornecidas pela Origem ao Sistema AUDESP (Evento 43.3), verificamos que a Prefeitura atribui “OUTROS/NÃO APLICÁVEL” no campo “MODALIDADE DE LICITAÇÃO” para despesas ordinárias que necessitam de licitação ou que se encaixam nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade, tal como determina a Lei Federal nº 8.666/93, exemplos:

Mod. de Licitação	Nome do Credor	Nr. Empenho	Histórico / Descrição do Empenho	Data Emissão
OUTROS/NÃO APLICÁVEL	TELEFONICA BRASIL S.A.	29/2020	REF A TELEFONE 3273	02/01/2020
OUTROS/NÃO APLICÁVEL	ELEKTRO-ELETRICIDADE SERV.S.A.	42/2020	REF A ENERGIA ELETRICA UC 3885283	02/01/2020
OUTROS/NÃO APLICÁVEL	SABESP-Cia de Saneam.B.Est.S.Paulo	50/2020	REF A AGUA E ESGOTO NH	02/01/2020
OUTROS/NÃO APLICÁVEL	ENERGISA SUL-SUDESTE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A	61/2020	REF A ENERGIA ELETRICA UC	02/01/2020
OUTROS/NÃO APLICÁVEL	BANCO BRADESCO SA	62/2020	REF A TARIFAS BANCARIAS.	02/01/2020
OUTROS/NÃO APLICÁVEL	UNIMED-Pres. Prudente Est.Sao	68/2020	REF A UNIMED - MES	02/01/2020



	Paulo.			
OUTROS/NÃO APLICÁVEL	CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	2470/2020	BROMOPRIDA GOTAS AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-NÃO RENAME;	19/05/2020
OUTROS/NÃO APLICÁVEL	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	2700/2020	CLONAZEPAN 2 MG AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-NÃO RENAME;	04/06/2020

Verificamos, também, que constou como “DISPENSA DE LICITAÇÃO” várias despesas com pessoal, prejudicando assim a fiel análise da fiscalização, uma vez que, conforme a Lei Federal nº 8.666/93, a dispensa só é cabível para obras, serviços, compras, alienações e locações, devendo ser utilizada a opção “OUTRAS/NÃO APLICÁVEL” para os referidos gastos com pessoal. Relação dos empenhos juntada no arquivo 18.

Tal qual o Comunicado SDG Nº 34/2009 (Publicado no D.O.E. de 28.10.2009), as divergências apuradas denotam falha grave, eis que o Órgão não atende aos Princípios da Transparência (artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Evidenciação Contábil (artigo 83 da Lei Federal nº 4.320/64), ocasionando efetivo prejuízo à ação de controle dos recursos públicos.

Propomos recomendação ao Executivo Municipal para que promova ajustes a fim de garantir a fidedignidade das informações encaminhadas ao Sistema Audep, em atendimento aos princípios da transparência e da evidenciação contábil.

### G.3. IEG-M – I-GOV TI – Índice C

Através das informações prestadas para composição do IEGM, observa-se que:

- A Prefeitura Municipal não definiu as atribuições dos servidores da área de Tecnologia da Informação.
- A Prefeitura Municipal não disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para os servidores de Tecnologia da Informação.
- A Prefeitura Municipal informou que não possui um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) vigente.
- A Prefeitura Municipal não possui e nem divulga documento formal que estabeleça procedimentos quanto ao uso da TI pelos servidores municipais, conhecido como Termo de Responsabilidade/Compromisso.
- A Prefeitura Municipal não possui um Plano de Continuidade de Serviços de TI.
- A Prefeitura Municipal não possui softwares para gestão de processos.

## **PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

### **H.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DAS METAS PROPOSTAS PELA AGENDA 2030 ENTRE PAÍSES-MEMBROS DA ONU, ESTABELECIDAS POR MEIO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS**

Tendo em vista as análises realizadas, indica-se que o município poderá não atingir as seguintes metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (Arquivo 15):

#### **PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO**

ODS: Metas 16.6 e 16.7.

#### **PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL**

ODS: Metas 16.6 e 17.1.

#### **PERSPECTIVA C: ENSINO**

ODS: Metas 4.1 e 4.a.

## **PERSPECTIVA D: SAÚDE**

ODS: Metas 3.8.

## **PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL**

ODS: Metas 11.6, 11.7 e 12.4.

## **PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE**

ODS: Metas 11.b.

## **PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

ODS: Metas 16.6 e 16.7.

## **H.2. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES**

Não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações ou expedientes.

## **H.3. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

No decorrer do exercício em análise, constatamos o atendimento à Lei Orgânica e às Instruções deste Tribunal.

No que se refere às recomendações desta Corte, haja vista os dois últimos exercícios apreciados, verificamos que, no exercício em exame, a Prefeitura descumpriu as seguintes:



Exercício 2015	TC 2286/026/15	DOE 29/11/2018	Data do Trânsito em julgado 06/12/2018
Recomendações: <ul style="list-style-type: none"> <li>• adote providências para que todos os locais de atendimento médico-hospitalar municipais possuam Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVBC);</li> <li>• limite a autorização de abertura de créditos suplementares prevista na LOA a percentual compatível com a inflação prevista para o período, de acordo com a jurisprudência deste Tribunal;</li> <li>• alimente o Sistema AUDESP com dados fidedignos, atendendo aos princípios da transparência e da evidenciação contábil (art. 1º da LRF e art. 83 da Lei 4.320/1964).</li> </ul>			

Parecer juntado no arquivo 20.

Exercício 2016	TC 004135.989.16	DOE 27/10/2018	Data do Trânsito em julgado 13/08/2019
Recomendações: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Efetue os ajustes necessários para garantir a fidedignidade das informações inseridas no banco de dados do Sistema AUDESP, em cumprimento aos princípios da transparência e da evidenciação contábil;</li> <li>• Promova melhorias quanto às fragilidades demonstradas pelo IEGM em todas suas dimensões.</li> </ul>			

## SÍNTESE DO APURADO

ITENS	
CONTROLE INTERNO	REGULAR
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício	3,39%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	8,33%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	FAVORÁVEL
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	FAVORÁVEL
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	SIM
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	PREJUDICADO
ENCARGOS – Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	PREJUDICADO
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	SIM
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	48,41%*
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 42, da LRF?	SIM
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, II, da LRF?	SIM
ENSINO - Aplicação na Educação - art. 212 da Constituição Federal (Limite mínimo de 25%)	26,87%
ENSINO - Fundeb aplicado no magistério (Limite mínimo de 60%)	66,30%
ENSINO - Recursos Fundeb aplicados no exercício	99,14%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 5%) foi aplicada até 31/03 do exercício subsequente?	SIM
SAÚDE - Aplicação na Saúde (Limite mínimo de 15%)	23,26%

\*Com os ajustes da fiscalização.

## CONCLUSÃO

Observada a instrução constante no art. 24 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a Fiscalização, em conclusão a seus trabalhos, aponta as seguintes ocorrências:

### A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO

- As audiências públicas são realizadas em dia de semana em horário comercial (8 às 18 horas).
- Para a elaboração do diagnóstico municipal não é levado em conta nenhum plano do governo federal ou estadual.
- A Prefeitura Municipal realizou levantamentos formais dos problemas, necessidades e deficiências antecedentes ao planejamento. No entanto, os diagnósticos não serviram para as soluções e não estão materializados nas peças orçamentárias.
- A Prefeitura Municipal não ampliou a participação popular na elaboração das peças orçamentárias, visto que não disponibiliza aos cidadãos o serviço de coleta de sugestões pela internet.
- A LOA prevê abertura de créditos adicionais por decreto em percentual acima da inflação (até 20% da despesa fixada).
- A Prefeitura Municipal informou que NÃO analisa os seguintes aspectos no processo de acompanhamento e avaliação do planejamento:
  - Percepção de coerência, em todos os programas, do necessário encadeamento lógico-causal entre os insumos que mobiliza, os produtos/ações que gera, os resultados que provoca e os impactos esperados pela sociedade
  - Avaliação entre os produtos ofertados à população e as reais demandas da sociedade, coletadas, principalmente, nas audiências públicas realizadas e nos demais instrumentos de diagnóstico dos problemas, necessidades e deficiências do município
- Não houve elaboração da "Carta de Serviço ao Usuário" pela Prefeitura Municipal.
- Não houve regulamentação nem instituição do Conselho de Usuários.

### B.1.8.1. DESPESA DE PESSOAL

- Gastos com terceirização de mão de obra não contabilizados nas despesas de pessoal; Proposta de recomendação para regularização.

#### **B.1.9.2. CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO INCOMPATÍVEIS COM O DISPOSTO NO INCISO V DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

- As atribuições descritas para os cargos comissionados não possuem características de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V, da CF).

#### **B.3.2. ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

- O Município **não** instituiu a CIP – Contribuição para Custeio da Iluminação Pública.

#### **C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO**

- Não houve implementação do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar, nos termos da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.

#### **C.2. IEG-M – I-EDUC**

- A Prefeitura Municipal possui mais de 10% do quadro de professores de creche como temporários.
- A Prefeitura Municipal possui mais de 10% do quadro de professores de Pré-Escola como temporários.
- A Prefeitura Municipal possui turmas de Pré-Escola com mais de 22 alunos, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em seu Parecer nº 8, de 05 de maio de 2010.
- Nem todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal.
- A Prefeitura Municipal possui mais de 10% do quadro de professores dos Anos Iniciais como temporários.
- Nem todos os estabelecimentos que oferecem os Anos Iniciais do Ensino Fundamental possuem Projeto Político Pedagógico atualizado.
- A Prefeitura Municipal possui turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com mais de 24 alunos por turma, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em seu Parecer nº 8, de 05 de maio de 2010.



- Menos de 50% dos estabelecimentos para os Anos Iniciais possuem turmas em tempo integral.
- Menos de 25% dos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) concluíram o ano letivo em período integral durante o exercício de 2020.
- Nem todos os estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB vigente no ano de 2020.
- Havia unidades de ensino que necessitavam de reparos em dezembro de 2020.
- Nem todas as escolas da rede municipal possuem biblioteca ou sala de leitura.
- Nem todas as escolas municipais compartilham espaços com a comunidade.
- A Prefeitura Municipal não possui o número de nutricionistas recomendado no Art. 10 da Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas - CFN nº 465, de 23 de agosto de 2010.
- A Prefeitura Municipal não divulga o cardápio pré-estabelecido pela nutricionista em todas as escolas.

## **D.2. IEG-M – I-SAÚDE**

- A Prefeitura Municipal informou que não apresentou os Relatórios dos 1º e 3º Quadrimestres de 2020 em audiência pública na Câmara Municipal dentro de prazo, contrariando artigo 36, §5º, da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012.
- Nem todas as unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) ou CLCB (Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros).
- Nem todas as unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, conforme Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.
- Havia unidades de saúde que necessitavam de reparos em dezembro de 2020.
- Não houve utilização do Sistema OuvidorSUS ou sistema equivalente, contrariando o disposto no artigo 116 da Portaria de Consolidação nº 1 do Ministério da Saúde, de 28 de setembro de 2017.



### E.1. IEG-M – I-AMB

- Não existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem.
- A Prefeitura Municipal informou que não há ações e medidas de contingenciamento específicos para provisão de água potável nos seguintes setores:
  - Rede Municipal de Educação
  - Rede Municipal da Atenção Básica da Saúde.
- A Prefeitura Municipal não realizou a caracterização qualitativa e quantitativa dos resíduos sólidos urbanos gerados no município, identificando ainda sua origem, contrariando o estabelecido pelo artigo 19, inciso I, da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010..
- O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) não apresenta cronograma com as metas a serem cumpridas, contrariando o artigo 19, inciso XIV, da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.
- Nem todas as regiões do Município são atendidas pela coleta seletiva.
- A Área de Transbordo e Triagem (ATT) informada pelo Município está em funcionamento sem licença de operação da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, contrariando o Decreto Estadual nº 47.400, de 4 de dezembro de 2002.

### F.1. IEG-M – I-CIDADE

- A Prefeitura Municipal não promove a capacitação/treinamento de associações para atuação conjunta com os agentes municipais de Proteção e Defesa Civil, contrariando o disposto no artigo 8º, inciso XV, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.
- Não são realizadas ações para estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias.
- A Prefeitura Municipal não possui Plano de Contingência Municipal – PLANCON de Defesa Civil.
- Nem todo calçamento público possui acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade.
- Nem todo calçamento público possui acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade.



- Nem todas as vias públicas pavimentadas estão devidamente sinalizadas (vertical e horizontalmente) de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação.
- Nem todas as vias públicas no Município tem manutenção adequada.

## **G.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP**

- Falhas nos dados prestados pela Origem ao Sistema Audesp.

## **G.3. IEG-M – I-GOV TI**

- A Prefeitura Municipal não definiu as atribuições dos servidores da área de Tecnologia da Informação.
- A Prefeitura Municipal não disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para os servidores de Tecnologia da Informação.
- A Prefeitura Municipal informou que não possui um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) vigente.
- A Prefeitura Municipal não possui e nem divulga documento formal que estabeleça procedimentos quanto ao uso da TI pelos servidores municipais, conhecido como Termo de Responsabilidade/Compromisso.
- A Prefeitura Municipal não possui um Plano de Continuidade de Serviços de TI.
- A Prefeitura Municipal não possui softwares para gestão de processos.

## **H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL**

- Atendimento parcial às recomendações desta Corte de Contas, exaradas nas contas de 2015 e 2016.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR-5.5, 17 de maio de 2021.

Sidney Rodrigues Viana  
Agente da Fiscalização